

A Polissemia do Conceito de Desenvolvimento enquanto eco das relações entre Estado, Mercado e Sociedade.

Cyntia Sandes Oliveira, cyntiasandes@gmail.com, Universidade de Brasília (Unb).

Magda de Lima Lúcio, magdadelimalucio@gmail.com, Universidade de Brasília (Unb).

ST 2. Estado, mercado e sociedade

O presente texto objetiva demonstrar como algumas teorias identificadas no seio da formulação estratégica nacional sobre ciência, tecnologia e inovação (C, T & I) abordam o conceito de desenvolvimento e situar essa discussão a partir de como essas formas de pensar articulam as relações entre Estado, Mercado e Sociedade. Nosso objeto é o conceito de desenvolvimento e, para abordá-lo, analisamos uma das formulações estratégicas do Estado brasileiro, especificamente direcionada à C, T & I, identificando as suas aparições de maneira a delimitar a abordagem a formulações teóricas que exercem influência sobre a estruturação de políticas públicas para o país.

Partimos do entendimento de que *“frequentemente, os filósofos acreditam conhecer o objeto conhecendo-lhe o nome, sem terem bem a noção de que um nome traz consigo uma significação que não tem sentido senão num corpo de hábitos”* (BACHELARD, 2013, p. 58). Portanto, vislumbramos que o conceito de desenvolvimento está inserido em “corpos de hábitos”, ou noções do que ele significa, que variam conforme a abordagem teórica que o constrói. Essas variações partem de noções das relações entre Estado, Mercado e Sociedade que tem recortes paradigmáticos distintos e que implicam em um conceito de desenvolvimento polissêmico.

Segundo Kuhn (1962), a construção de teorias científicas perpassa um processo de reconstrução de teorias precedentes, a partir da reavaliação de fatos anteriores. É possível identificar escolas pré-paradigmáticas nas quais se identificam categorias que podem ser associadas a conceitos no âmbito de paradigmas. Ainda segundo Kuhn (1962), na construção das ciências sociais é importante considerar os eventos retrospectivamente de maneira a prover o problema, prever informações fa-

tuais e determinar a normalização dos fatos significativos articulados em relação à teoria escolhida.

É na construção dessa articulação que supomos que as teorias se apropriam das relações entre Estado, Mercado e Sociedade de maneira distinta. A partir da análise e dos interesses identificados em instrumentos governamentais voltados à ciência, tecnologia e inovação, especificamente a Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) e do Plano Brasil Maior (PBM) identificamos os seguintes conceitos de desenvolvimento, inseridos em categorias teóricas distintas: desenvolvimento como evolução; desenvolvimento como crescimento; desenvolvimento como liberdade, desenvolvimento neoclássico; desenvolvimento dependente; desenvolvimentismo; desenvolvimento social; desenvolvimento institucionalista e desenvolvimento sustentável.

Nesse contexto, quatro paradigmas principais se destacam, quando estudamos as teorias que discutem o conceito desenvolvimento utilizado na ENCTI e no PBM, e conduzem as formulações sobre o tema: o paradigma liberal; o paradigma estruturalista; o paradigma pós-estruturalista e o paradigma institucionalista. Ao apontar os paradigmas que regem as abordagens do conceito de desenvolvimento objetivamos destacar o fato de que as teorias partem de premissas, trajetórias e especificidades diferenciadas que, portanto, devem conduzir a um produto da ação igualmente diferenciado e referenciado na definição de estratégias que conformem políticas públicas.

I - Categorias e as conceituações do desenvolvimento

As conceituações e os métodos de análise do conceito de desenvolvimento não evidenciam uma epistemologia particular, eles se utilizam dos grandes paradigmas das ciências sociais. Dessa forma, identificamos as formulações teóricas encontradas nos documentos estratégicos com paradigmas dos quais entendemos que as teorias são derivadas, conforme alguns critérios de análise mais gerais, a exemplo do papel do Estado, do mercado e da sociedade na matriz paradigmática que orienta a conceituação do desenvolvimento nas teorias destacadas.

Dessa maneira, associamos a teoria do evolucionismo; a teoria do crescimento; a teoria do desenvolvimento como liberdade e a teoria neoclássica do desenvolvimento ao paradigma liberal. Além disso, as teorias desenvolvimento dependente e

do desenvolvimentismo foram associadas ao escopo do paradigma estruturalista; enquanto que a teoria do desenvolvimento social foi situada no paradigma pós-estruturalista. Finalmente, colocamos dentro do paradigma institucionalista, a teoria do institucionalismo histórico e o desenvolvimento sustentável.

Ao realizarmos esse exercício de análise, buscamos indicar que as teorias apresentam mais de uma forma de abordar a importância e a função das categorias Estado, Mercado e Sociedade e essa multiplicidade exerce influência sobre a forma de conceituar desenvolvimento. Para isso, entendemos conceito como “*categoria que estabelece um caso geral a partir de um conjunto de casos particulares aparentados por suas características essenciais*” (LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 91). No caso do desenvolvimento, o conceito é construído a partir de ideias comuns essenciais, como as noções de crescimento e qualidade de vida da população, com o objetivo de “*expressar realidades tendo em comum certos tipos de características*”(LAVILLE; DIONNE, 1999, p. 91). Esses critérios são apropriados de maneiras diferentes pelas teorias, como o papel do Estado diante do equilíbrio de mercado, por exemplo.

Na análise das teorias destacadas, buscou-se apenas evidenciar alguns pontos de diferença, sem, contudo, adentrar em profundidade na sua análise. Assim, definimos categorias analíticas que visam estabelecer a relação entre Estado, Mercado e Sociedade no que definiu-se como desenvolvimento. Nesse sentido, ao analisar as abordagens ao conceito de desenvolvimento, foram definidas categorias de análise partindo-se do aspecto substantivista da economia. Essa abordagem relaciona-se ao conceito poliano de incrustação (*embedness*) segundo o qual, na moderna economia capitalista, a economia encontra-se desincrustada da sociedade de maneira que assumiu papel central nas interações sociais. O conceito de incrustação é o meio utilizado por Polanyi (1977, 2012) para diferenciar o capitalismo das sociedades modernas dos outros sistemas econômicos que o precederam. Com isso, visa realçar a excepcionalidade da economia de mercado na história da humanidade.

O padrão de mercado, portanto, cria instituição específica no próprio mercado. Dessa maneira, o controle do sistema econômico pelo mercado é consequência fundamental para a organização da sociedade, de maneira que esta passa a ser dirigida como um acessório do próprio mercado. É neste sentido que se entende a afirmação do autor, segundo o qual “em vez de a economia estar incrustada nas relações sociais, são as relações sociais que estão incrustadas no sistema econômico”

(POLANYI, 2012, p. 77). Então, as relações sociais passam a ser um acessório do mecanismo de equilíbrio de mercado, na medida em que a sociedade, como trabalho, e a natureza, como terra, são inseridos como meios de troca nesse sistema econômico. Segundo Polanyi (1977, p. 10), "*the crucial step was that labor and land were made into commodities, that is, they were treated as if they had been produced for sale*". Esse aspecto influencia boa parte das formulações do conceito de desenvolvimento e está presente em praticamente todas as abordagens ao conceito de desenvolvimento disposta no presente texto, à exceção da Teoria do Desenvolvimento Social e da Teoria do Desenvolvimento Sustentável.

As regards to man, we were made to accept the view that his motives can be described as either 'material' or 'ideal' and the incentives on which everyday life is organized necessarily spring from the material motives. It is easy to see that under such conditions the human world must indeed appear to be determined by material motives.

(POLANYI, 1977, P. 11)

A instituição do mecanismo de mercado colocou o motivo da sobrevivência e do lucro como principais razões para a troca do trabalho como fator de produção no mercado. Essa mentalidade mercantil foi projetada para outras instâncias e passou a determinar o comportamento da sociedade. O racionalismo econômico emergente no século XIX, se estabeleceu no século XX e as teorias que o contrastam no âmbito das formulações sobre o conceito de desenvolvimento são mais recentes, surgindo no debate em finais do século XX, ainda que recebem influências de formulações anteriores, a exemplo de todo o arcabouço teórico polyaniano (1977, 2012).

O conceito de desenvolvimento, portanto, pode ser entendido como uma consequência dessa relação fundamental, entre Estado, Mercado e Sociedade. Ele só existe e opera dentro de um sistema de relações institucionalizado, dentro do qual economia e sociedade estão desincrustados e as relações sociais passam a ser um instrumento das relações de mercado. Assim, a garantia dos direitos em forma de serviços, atribuição do Estado, vê-se influenciada pelo contexto social mais amplo das relações que se estabelecem e de expectativas que se constroem a partir do contexto de relações econômicas desincrustadas.

Para Pieterse (2010), o desenvolvimento é tipicamente reflexivista, pois as suas abordagens refletem a crítica a abordagens ou políticas de desenvolvimento anteriores, o que evidencia essencialmente o modelo de reflexão de Kuhn (1962), sendo possível afirmar que os teóricos do desenvolvimento apropriam-se dos para-

digmas de diferentes campos disciplinares para desenvolver suas hipóteses e que se identifica a influência desses paradigmas na maneira como os teóricos se apropriam de conceitos decorrentes dos recursos metodológicos deles apreendidos.

Enquanto ciência social aplicada, o pensamento sobre o desenvolvimento possui um status derivativo. Tem sido frequentemente um seguidor de tendências desenvolvidas em outras ciências em lugar de ser um instituidor de tendências ele próprio. Tem sido um importador de teorias das ciências sociais e tem sido influenciado por outras ciências sociais de maneira muito mais frequente que as tem influenciado.¹ (PIETERSE, 2010, localização 3044, edição kindle, tradução nossa)

Pieterse (2010) chama atenção para a necessidade de redefinir o desenvolvimento enquanto experiência de aprendizado coletiva

“situa a política pública para o desenvolvimento em uma base diferenciada: o foco muda do resultado para o processo e para o papel da complexidade no desenvolvimento. Se nós estabelecemos as complexidades do desenvolvimento, a próxima questão é se a complexidade é incapacitante ou facilitadora.”² (PIETERSE, 2010, localização 3071, edição kindle, tradução nossa).

O contexto acadêmico heterogêneo que se ensaia na análise empírica dos aportes da teoria do desenvolvimento sobre a ação pública é utilizado para demonstrar a diversidade de aportes teóricos que influenciam a formulação estratégica da política de C,T&I brasileira. Ao analisar o contexto sobre o qual os estudos do desenvolvimento estão inseridos na realidade brasileira, optou-se por revisitar a abordagem de Polanyi (2012) sobre o processo que originou o atual sistema internacional, igualmente discutido por Hobsbawn (1990, 2001, 2010) e Burns (1954).

Segundo Polanyi (2012), a aproximação das crises do sistema capitalista e a sua maior intensidade evidenciam o encurtamento dos ciclos de Kondratieff que demonstram a distância do mercado da noção de mecanismo autoregulado (Pieterse, 2014). Nesse contexto, o papel do Estado torna-se fundamental e a ação governa-

¹ As applied social science, development thinking has a derivative status. It has more often been a follower of tendencies developed in other sciences than a trendsetter. It has been a net importer of social science theories and has been influenced by other social sciences more often than it has influenced them”.

² “Development places development policy discussions on a different footing: the focus shifts from the result to the process and to the role of complexity in development. If we have established the complexities of development, the next question is whether complexity is disabling or enabling”.

mental é entendida como principal elemento dinamizador do desenvolvimento voltado a melhor inserção nesse mercado, partindo-se de um ponto de vista que coloca a própria noção de desenvolvimento como voltada à satisfação das necessidades do mercado, sob o escopo de um entendimento formalista da economia.

O conceito de “incrustação” de Polanyi (2012), segundo o qual em um primeiro nível de análise, a economia é subordinada às relações sociais e à política e, em segundo nível, o Estado é colocado como agente fundamental no processo de ajuste que conduz ao equilíbrio entre as forças sociais e econômicas, é vislumbrado no sentido de corroborar o papel do Estado como agente fundamental do planejamento para o equilíbrio entre forças sociais e econômicas.

II - A identificação nos documentos estratégicos

Dadas as dimensões do artigo, indicamos de maneira resumida e a partir de um exemplo, entre os muitos que podem ser encontrados nos documentos analisados, o método utilizado para atribuir formulações teóricas a trechos do texto. Utilizamos as ideias de análise de conteúdo (BARDIN, 2007) para construir essas associações e identificar que há diferentes influências teóricas na formulação estratégica e que essas abordam o conceito de desenvolvimento de formas distintas.

Na análise dos documentos codificaram-se segmentos, com a utilização do software de análise qualitativa MAXQDA, para os quais se atribuiu uma ou mais teorias, de acordo com a identificação entre o conteúdo disposto e as principais premissas teóricas associadas a esses conteúdos. A polissemia de conceitos nos documentos analisados é indicada na tabela 1, reforçando que a presença dessas teorias nos dois documentos estratégicos demonstra um arcabouço teórico variado na sua formulação.

Tabela 1 - Segmentos e conceitos codificados na ENCTI e PBM

Cor	Código	Segmentos codificados	%	Documentos
●	Desenvolvimento	37	14.62	2
●	Tornar-se desenvolvido	5	1.98	1

●	Institucionalismo histórico	73	28.85	3
●	Neoliberalismo	24	9.49	2
●	Desenvolvimento Humano	17	6.72	2
●	Desenvolvimentismo	11	4.35	2
●	Teoria da Dependência	3	1.19	1
●	Desenvolvimento Social	36	14.23	2
●	Desenvolvimento Sustentável	45	18.58	2

Fonte: Elaboração própria.

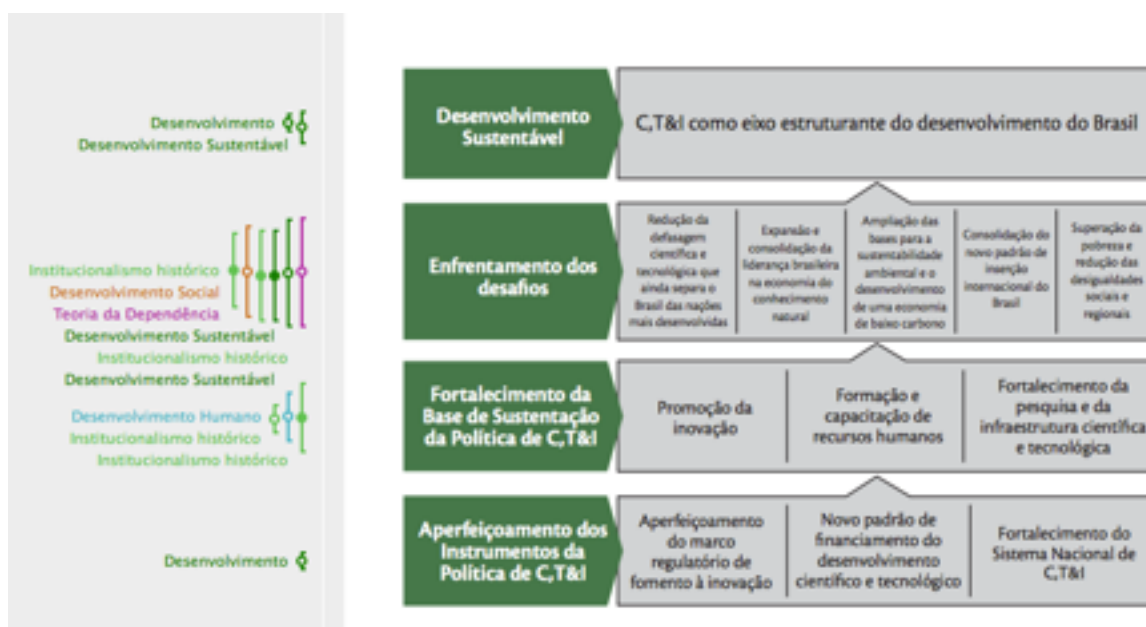
A cada uma das teorias são associados os percentuais de recorrência entre os segmentos textuais destacados nos textos. Essa representação permite também indicar o peso que cada uma das teorias exerce sobre a formulação estratégica e a quantidade de vezes que a palavra desenvolvimento aparece com o sentido dado ao termo pelos estudos do desenvolvimento indica visões distintas de modelos de futuro e de melhoria das condições econômicas e sociais de um país.

Na descrição do enfrentamento aos desafios colocados pelo objetivo disposto pelo quadro estratégico da ENCTI (Figura 1), a polissemia do conceito torna-se ainda mais evidente. Institucionalismo histórico, associado a redução da defasagem científica e tecnológica, encontra-se junto a ideia de desenvolvimento social, associada a superação da pobreza e redução das desigualdades sociais e regionais, ao mesmo tempo em que são identificados ecos da Teoria da Dependência na descrição da defasagem tecnológica em relação a nações referenciadas como mais desenvolvidas e, finalmente, é feito o reforço da utilização do conceito de desenvolvimento sustentável, então identificado de fato a essa corrente de pensamento, na medida em que coloca como objetivos a ampliação das bases para a sustentabilidade ambiental e desenvolvimento de uma economia de baixo carbono, bem como a expansão e consolidação da liderança brasileira na economia do conhecimento natural.

Ainda no quadro descrito, é possível identificar o conceito de desenvolvimento humano, frequentemente referenciado no objeto empírico, explicitamente relacio-

nando o atendimento dos objetivos anteriores com a formação e capacitação de recursos humanos. Finalmente, a ENCTI retoma aspectos do institucionalismo histórico em diversos momentos e, ao apresentar seu mapa estratégico 2012-2015, essa referência se evidencia na associação de C,T&I a desenvolvimento. Igualmente, é possível identificar mais de uma teoria em um mesmo fragmento.

Figura 1 - Mapa Estratégico ENCTI



Fonte: ENCTI, p. 40.

A partir das formulações teóricas que identificamos nos documentos, buscamos entender as diferenças na forma de conceituar o desenvolvimento vislumbrando como os paradigmas sob os quais as teorias foram formuladas, tratam da relação entre Estado, Mercado e Sociedade, tendo como parâmetro as ideias de Polanyi (1977, 2012) sobre desincrustação e influência do conceito econômico de equilíbrio de mercado sobre as relações sociais.

III - As teorias e as formas de conceituar o desenvolvimento

Dadas as dimensões de um artigo acadêmico, escolhemos tratar dos conceitos de desenvolvimento de uma forma mais geral, indicando a influência dos paradigmas sobre a conceituação do termo encontrada nas teorias. Assim, nessa parte do texto, abordamos os paradigmas, indicando que teorias estão contidas em cada

um deles, priorizando os que exercem maior influência na formulação estratégica nacional estudada, o paradigma liberal, o estruturalista e o institucionalista.

No caso da teoria do evolucionismo social, da teoria do crescimento, da teoria do desenvolvimento como liberdade e da teoria neoclássica do desenvolvimento, verificamos que há uma influência de ideias do paradigma liberal. Neste, identificamos o desenvolvimento enquanto ferramenta para o progresso. Há explicações sobre essas ideias como liberais e modernizantes por diferentes autores que tratam dos estudos do desenvolvimento na contemporaneidade (ESCOBAR, 1995; PIETERSE, 2010; GÉRONIMI et al., 2008; SUMMER e TRIBE, 2008).

Associamos o paradigma liberal a economia política clássica. Nesse contexto, de uma economia política regida pelos princípios do equilíbrio de mercado, os países que não se encontram no nível de desenvolvimento desejável devem adotar práticas consideradas bem sucedidas, advindas de países desenvolvidos e praticar a economia de *catch up*, ou seja, buscar alcançar um determinado nível de crescimento que os torne competitivos em algum setor no mercado internacional, a luz das teorias ricardianas de vantagens comparativas.

Consequentemente, é possível apontar a importância central do mercado no entendimento das bases que determinariam o desenvolvimento para as teorias identificadas com o paradigma liberal. A satisfação das necessidades do equilíbrio de mercado são entendidas como fundamentais ao alcance do crescimento econômico entendido como fator determinante do desenvolvimento.

Dessa maneira, o paradigma liberal passa a influenciar o modo de organizar as instituições políticas e a produção, o modo de fazer comércio, bem como as práticas relativas a definição das escolhas do país nos âmbitos financeiro e comercial, a exemplo da abertura de mercados de consumo e de valores, abertura do sistema produtivo, eliminação do Estado empreendedor, privatizações, superávit primário, proteção ao capital e aos empreendimentos estrangeiros.

Além desse paradigma identificamos também forte influência dos paradigmas estruturalista e institucionalista. No caso do paradigma estruturalista, associamos a teoria da dependência e a teoria do desenvolvimentismo aos seus preceitos. O estruturalismo enquanto paradigma de determinados aportes aos estudos do desenvolvimento, deixa clara a importância do Estado como agente responsável pela estruturação de um ambiente favorável ao desenvolvimento. Para essa corrente, é pa-

pel do Estado coordenar a inserção internacional dos países em vias de desenvolvimento, de maneira que estes sejam capazes de disputar os espaços de negociação internacionais, que determinam as trocas e as leis que regem o convívio entre os países no sistema internacional.

Segundo os estruturalistas, a sistema internacional foi estruturado de uma forma que perpetua a vantagem comparativa de inserção internacional dos países desenvolvidos, os quais exercem influência decisiva na definição de fatores que influenciam no crescimento e no desenvolvimento nacionais, como as taxas de câmbio, as vantagens nos termos de troca, o domínio sobre patentes e a propriedade intelectual.

Igualmente, o estruturalismo apresenta uma análise que direciona o desenvolvimento ao atendimento das necessidades do mercado na medida em que a inserção diferenciada das sociedades dá-se na busca pela industrialização e pelas vantagens comparativas inerentes a países do Sul, tais como a perpetuação de um mercado agrícola voltado à exportação, a produção de *commodities* e a expansão de indústrias de transformação, de baixo valor agregado.

Finalmente, ao tratarmos do institucionalismo, identificamos com as suas ideias, a teoria do institucionalismo histórico e a do desenvolvimento sustentável. Para a análise institucionalista, é central o questionamento em torno de como as instituições afetam o comportamento dos indivíduos, pois é pela ação do indivíduo que as instituições afetam o resultado das políticas (HALL; TAYLOR, 1996). Dessa maneira, a centralidade da dinâmica entre instituições e indivíduos conduz o esforço de desenvolvimento de uma nação e é destacada na análise sob diferentes perspectivas. Para o institucionalismo histórico, por exemplo, a importância conferida à ação do Estado situa-se no fortalecimento do papel do indivíduo como ator central da transformação necessária à maximização de seus benefícios e à satisfação de suas necessidades.

Essa análise incorpora não só o indivíduo como maximizador de utilidade, mas também realizador, de maneira que a decisão sobre o curso da ação individual enfatiza que a escolha sobre o curso de ação pode depender de uma análise situacional, que define os ganhos possíveis em um dado contexto, ou de uma análise de cálculo instrumental, que conduz à ideia de maximizar a utilidade. De uma forma ou de outra, a análise institucionalista, coloca o indivíduo no centro das mudanças ne-

cessárias ao esforço para o desenvolvimento e as suas variações em escolas de pensamento enfatizam diferentes meios para que indivíduo possa atuar.

A partir desse indicativo resumido das principais ideias sobre o conceito de desenvolvimento dos paradigmas que dão suporte às teorias, é possível afirmar que há uma dissonância na forma de tratar e de intender as relações ente Estado, Mercado e Sociedade. Ainda, a visão predominante confere um maior peso às necessidade do equilíbrio de mercado e de uma dinâmica de relações sociais na qual o indivíduo é maximizador de utilidade e o Estado serve de articulador desse processo de hiperindividualização para que o equilíbrio de mercado contribua para o crescimento da renda, um dos requisitos do desenvolvimento.

IV - Considerações Finais

A partir do entendimento de que as políticas públicas se concretizam na gestão, o alargamento da compreensão da gestão pública, no sentido de envolver não apenas instrumentos que sejam técnicos, mas que também reconheçam uma politização interna que reflita os anseios e perspectivas dos atores envolvidos (Lucio et alli, 2014), conduz a análise da disputa do conceito de desenvolvimento dentro dos documentos governamentais selecionados. Portanto, identifica-se o Estado como principal agente garantidor de direitos sob a forma de serviços e, nesse sentido, identificam-se dificuldades na sua atuação para garantir tais direitos, podendo-se associar tais dificuldades à priorização do atendimento às necessidades do equilíbrio de mercado em detrimento das dispostas pela sociedade.

Dessa maneira, o presente texto realizou o exercício de considerar elementos cruciais do que é considerado desenvolvimento para cada uma das teorias destacadas, evidenciando as diferenças nos processos por elas apontados, bem como no resultado da construção do desenvolvimento a partir dos seus conceitos. Assim, refletimos a respeito das representações formadas a partir da realidade social, entendendo que as abordagens ao conceito de desenvolvimento partem de premissas, trajetórias e especificidades diferenciadas que, portanto, devem conduzir a um produto da ação igualmente diferenciado e referenciado na definição de estratégias que conformem políticas públicas.

Verificou-se, por exemplo, que, em grande medida, as abordagens estão embebidas de uma perspectiva liberal característica das transformações sociais do pós-

revolução industrial, demonstrando divergências quanto ao papel do Estado na condução do esforço para o desenvolvimento da nação. Assim, os diferentes aportes teóricos foram utilizados na construção de um quadro analítico para o termo desenvolvimento, utilizado para buscar entender que desenvolvimento almeja-se para a nação brasileira.

A partir das diferentes leituras que se pode fazer do conceito desenvolvimento nos documentos selecionados, buscou-se refletir em torno de categorias subjacentes ao conceito de desenvolvimento, acomodadas nas estratégias identificadas nos documentos analisados. Neste caso, buscou-se lançar detidas luzes nas diretrizes estratégicas propostas para a inovação. Dessa maneira, conclui-se que a conceituação de desenvolvimento é fundamentalmente uma disputa a respeito da apropriação de modelos de futuro. Essa reflexão interpõe o questionamento a respeito da polissemia do conceito de desenvolvimento, concernida a fatores históricos, políticos, sociais e econômicos. A conceituação do desenvolvimento é, portanto, fundamental como parte do contexto da implementação dos instrumentos de ação pública, além de indicativo da sua não neutralidade, refletindo os interesses que permeiam a decisão governamental. Nesse sentido, a conceituação interfere na escolha dos instrumentos de ação política e gestão pública e deve ser pensada direcionando as ações rumo a um projeto de país definido estrategicamente.

Referências

Agência Brasileira de Desenvolvimento Industrial (ABDI). Balanço Executivo 2011-14 do Plano Brasil Maior. Brasília: ABDI, 2014.

AGÊNCIA SENADO. Promulgada emenda que incentiva ciência, tecnologia e inovação. Disponível em <http://www12.senado.leg.br/noticias/materias/2015/02/26/promulgada-emenda-que-incentiva-ciencia-tecnologia-e-inovacao>. Acesso em 26 de fevereiro de 2015.

ANGELES, L. New Issues, new perspectives : Implications for International development studies. Canadian Journal of Development Studies, Vol. XXV, n° 1, 2004.

ARRIGHI, G. A Ilusão do Desenvolvimento. Petrópolis: Vozes, 1998.

BALANDIER, G. Les conditions sociologiques du développement. In. Politique étrangère N°3 - 1957 - 22e année pp. 301- 310.

BANCO MUNDIAL. Knowledge Economics: Advanced Strategies for Development. Washington, DC: World Bank, 2007.

BARDIN, L. Análise de Conteúdo. 2a reimpressão. São Paulo: Edições 70, 2011.

BECKER, H. S. Segredos e Truques da Pesquisa. Rio de Janeiro: Zahar, 2007.

_____. Segredos e Truques da Escrita. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BELLÙ, L. Development and Development Paradigms: a (Reasoned) Review of Pre-
existing Visions. EASYPol: Resources for policy making Issue Papers. Module 102.
Food and Agriculture Organization (FAO), 2012. Disponível em www.fao.org/easypol.
Acesso em 23 de Julho de 2015.

BUGRA, A.; AGARTAN, K. Reading Karl Polanyi for the twenty-first century: market
economy as a political project. New York: Palgrave Macmillan, 2007.

BRASIL. Lei 10.973 de 2 de Dezembro de 2004. Dispõe sobre incentivos à inovação
e à pesquisa científica e tecnológica no ambiente produtivo e dá outras providências.
Diário Oficial da União (DOU) de 3 de dez. 2004. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2004/lei/l10.973.htm. Acesso em 5 de novembro
de 2014.

BRASIL. Lei 5.563 de 11 de Outubro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.973, de 2 de
dezembro de 2004, que dispõe sobre incentivos à inovação e à pesquisa científica e
tecnológica no ambiente produtivo, e dá outras providências. Diário Oficial da União
(DOU) de 13 de dez. 2005. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/decreto/d5563.htm. Acesso em 2 de novembro de 2014.

BRASIL. Decreto 7.642 de 13 de Dezembro de 2011. Institui o Programa Ciência
sem Fronteiras. Diário Oficial da União (DOU) de 14 de dez. 2011. Disponível em
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2011/Decreto/D7642.htm. Acesso
em 8 de novembro de 2014.

CHOQUET, C.; DOLLFUS, O.; LEROY, E.; VERNIÈRES, M. (org.) Etat des savoirs
sur le développement : trois décennies de sciences sociales en langue française. Pa-
ris: Editions Karthala, 1993, 229 p.

ESCOBAR, A. Discourse and power in development: Michel Foucault and the rele-
vance of his work to the Third World. Alternatives, n. 10, 1985.

_____. Encountering Development: the making and unmaking of the Third
World, 2a edição. Nova Jersey: Princeton University Press, 2012.

EVANS, P. “Construção do Estado desenvolvimentista do século XXI: possibilidades
e armadilhas”. Tradução de “Constructing the 21st century Developmental State: Po-
tentialities and Pitfalls” 2010. pg. 37-58 in Edigheji , Omano (ed). HSRC Press, Ca-
petown, South Africa. In. Viana A. L. d’Á., Ibanez N. e Bousquat, A. Saúde, desen-
volvimento, ciência, tecnologia e inovação. São Paulo: Hucitec, 2012. Disponível em:
<http://sociology.berkeley.edu/sites/default/files/faculty/evans/EVANS%20Estado%20de%20Desenvolvimento%20no%20Seculo%2021%20Portuguese%20%20Hucitec%202012.pdf>. Acesso em 15 de julho de 2015.

EVANS, P.; HELLER, P. Human Development, State Transformation and the Politics
of the Developmental State in Leibfried, S. et all (ed). The Oxford Handbook of
Transformations of the State. Oxford: Oxford University Press, 2013.

FURTADO, Celso. O mito do desenvolvimento econômico. Rio de Janeiro: Paz e Ter-
ra, 1974.

_____. Uma economia dependente. Rio de Janeiro: Ministério da Edu-
cação e Cultura, 1956.

_____. Desenvolvimento e subdesenvolvimento. Rio de Janeiro: Fundo de Cultura, 1961.

_____. Formação econômica do Brasil. São Paulo: Companhia das Letras, 2006.

GABAS, J.J.; RIBIER, V.; VERNIERES, M. La mesure du développement comment science et politique se conjuguent. revue tiers monde. Paris: université Paris I n° 213, janvier/mars 2013.

GÉRONIMI, V.; BELLIER, I.; GABAS, J.J.; VERNIÈRES, M.; VILTARD, Y. (org.) Savoirs et politiques de développements. Questions en débat à l'aube du XXI^e siècle. Paris: Editions Karthala, 2008. 264 p.

GOMIDE, A. A.; PIRES, R. R. (ed) Capacidades estatais e democracia: arranjos institucionais de políticas públicas. Brasília: Ipea, 2014. 385 p.

LAVILLE, C.; DIONE, J. A construção do saber – manual de metodologia da pesquisa em ciências humanas. Porto Alegre: Editora Artes Médicas, 1999.

LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. L'action Publique Saisie par les Instruments. In: LASCOUMES, P., LE GALÈS, P. (Dir). Gouverner par les Instruments. Paris: Presses de SciencesPo, 2004.

_____. Sociologie de l'Action Publique. 2^a edição. Paris: Armand Colin, 2012.

LATOUR, B. La Science en Action: Introduction à la Sociologie des Sciences. Paris: La Découverte, 2005.

_____. Jamais fomos modernos. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LISBOA, A. M. A crítica de Karl Polanyi à utopia do mercado. Disponível em: <https://www.repository.utl.pt/bitstream/10400.5/2055/1/wp002.pdf>

LUCIO, M. et al. Sentidos e Significados de se Planejar Estrategicamente nas Organizações Públicas - Planejamento Estratégico Sociotécnico (PLANES): análise de uma experiência. NAU Social, vol. 5, n. 9, p. 151-160, Nov. 2014/Abril. 2015.

MACHADO, N. M. C. Karl Polanyi e a Nova Sociologia Econômica: Notas sobre o conceito de (dis)embeddeness. Revista Crítica de Ciências Sociais, n. 90, 2010. Disponível em <http://rccs.revues.org/1771>. Acesso em 5 de Abril de 2015.

_____. Karl Polanyi e o 'grande debate' entre os substantivistas e formalistas na antropologia econômica. Economia e Sociedade. Campinas, vol. 21, n. 1 (44), p. 165-195, abr. 2012.

MANKIWI, N. G. Principles of Economics for UCI. Manson: Thompson South Western, 2006.

MAZZUCATO, Mariana. O Estado Empreendedor: desmascarando o mito do setor público versus o setor privado. São Paulo: Portfolio/Penguin, 2014.

Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio (MDIC). Plano Brasil Maior. Disponível em: <http://www.brasilmaior.mdic.gov.br/conteudo/125>. Acesso em 08 de Agosto de 2014.

Ministério da Ciência, tecnologia e Inovação (MCTI). Estratégia Nacional de Ciência, Tecnologia e Inovação (ENCTI) 2012 – 2015. Disponível em: www.mct.gov.br/%202012%20F%20u%20p%20d%20b%20l%20o%20b%202012%2018981.pdf&ei=rB1VPvTL8ffsAT1YDQBg&usg=AFQjCNF540hg6F5m2zdSGX3ZI8qn7cp0_A&sig2=hspQHnuXk4sEHXy3S6tkUw. Acesso em 9 de Setembro de 2014.

Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão (MPOG). Plano Plurianual 2012-2015: Plano Mais Brasil. Brasília: 2011. Disponível em http://www.planejamento.gov.br/secretarias/upload/Arquivos/spi/PPA/2012/mensagem_presidencial_ppa.pdf. Acesso em 10 de Agosto de 2014.

_____. Secretaria de Planejamento e Investimentos Estratégicos. Plano plurianual 2008-2011 : projeto de lei. Brasília: MP, 2007.

NAYYAR, D. A corrida pelo crescimento – Países em desenvolvimento na economia mundial. Rio de Janeiro: Contraponto, 2014.

OSTROM, E.; SCHROEDER, L. D.; WYNNE, S. G. Institutional incentives and sustainable development: infrastructure policies in perspective. Boulder: Westview Press, 1993.

PETERS, B. G. Institutional Theory: Problems and Prospects. Political Science Series 69. Viena: Institute of Advanced Studies, 2012. Disponível em https://www.ihs.ac.at/publications/pol/pw_69.pdf. Acesso em 23 de Junho de 2015.

PEREZ, C. Technological revolutions and techno-economic paradigms. In. Working Papers in Technology Governance and Economic Dynamics, Working Paper No. 20, Tallin: Norway and Tallinn University of Technology, Tallinn, 2009.

PIETERSE, J. N. Development theory: deconstructions/reconstructions. Segunda edição. Edição Kindle. London: SAGE, 2010.

PIKETTY, T. Capital in the twenty-first century. Edição Kindle. Cambridge: The Belknap Press of Harvard University Press, 2014.

POLANYI, M. The tacit dimension. Chicago: The University of Chicago Press, 1966.

POLANYI, K. A grande transformação: as origens da nossa época. Rio de Janeiro: Elsevier, 2012.

_____. A nossa obsoleta mentalidade mercantil. Dalton, George (org.), Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1968. Disponível em :http://www.adelinotorres.com/economia/Karl%20Polanyi_A%20nossa%20obsoleta%20mentalidade%20mercantil.pdf. Acesso em 10 de julho de 2015.

_____. The Economy as an Instituted Process. Dalton, George (org.), Primitive, Archaic and Modern Economies: Essays of Karl Polanyi. Boston: Beacon Press, 1968. Disponível em :http://www.adelinotorres.com/economia/Karl%20Polanyi_A%20nossa%20obsoleta%20mentalidade%20mercantil.pdf. Acesso em 10 de julho de 2015.

_____. The Economy Embedded in Society, in Polanyi, Karl; Pearson, Harry (org.). The Livelihood of Man. New York: Academic Press, 1977.

- POPPER, K. The logic of scientific discovery. New York: Routledge, 2002.
- SACHS, W. (ed.) The development dictionary: a guide to knowledge as power. London: Zed, 1992.
- SALAMON, L. M. The new governance and the tools of public action: an introduction. Fordham Urban Law Journal. The Berkeley Electronic Press, vol. 28, n. 5, 2000.
- SCHWARTZMAN, S. O grande salto adiante. In. Um Espaço para a Ciência: formação da comunidade científica no Brasil. Brasília, Ministério de Ciência e Tecnologia, 2001. Disponível em <http://www.schwartzman.org.br/simon/spacept/pdf/capit9.pdf>. Acesso de 30 de junho de 2015.
- SEN, A. Desenvolvimento como liberdade. São Paulo: Companhia das Letras, 2000.
- SINGER, H. "Obstacles to Economic Development," Social Research 19 (4): 19–31, 1953.
- STIGLITZ, J. E. Information and the change in the paradigm in economics. Prize Lecture, 08/12/2001. Disponível em: http://www.nobelprize.org/nobel_prizes/economic-sciences/laureates/2001/stiglitz-lecture.pdf. Acesso em 20 de junho de 2015.
- _____. Globalization and its discontents. New York: WW Norton and Company, 2002.
- SUMMER, A, TRIBE, M. International Development Studies: Theories and Methods in research and practice. London: SAGE Publications, 2008.
- WALLERSTEIN, I. O Fim do Mundo como o Concebemos: ciência social para o século XXI. Rio de Janeiro: Revan, 2012.
- WELZEL, C. Evolution, Empowerment, and Emancipation: How Societies Climb the Freedom Ladder. Elsevier, World Development, vol. 64, p. 33-51, 2014.
- WOOLCOK, M.; NARAYAN, D. Social Capital: implications for Development Theory, Research and Policy. Oxford Journals. Disponível em <http://wbro.oxfordjournals.org>. Acesso em 23 de Junho de 2015.
- KUHN, Thomas. A estrutura das revoluções científicas. São Paulo: Editora Perspectiva, 1998.